

Antecipando o Futuro: Rumo a 2030

Florianópolis, 18 de setembro de 2025

Ofício n. 9/2025GDMRLS

À Excelentíssima Senhora

Doutora Janiara Maldaner Corbeta

Digníssima Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses

Em mãos.

Prezada Presidente da AMC:

Ao cumprimentá-la pelo exercício exemplar dessa Vossa nobre função, o que eleva e distingue, sobremaneira, a participação feminina na nossa entidade representativa de classe, compareço à presença de Vossa Excelência, na condição de pré-candidata à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o que formalizo mediante a presente missiva, para dar conhecimento do meu propósito de dialogar a respeito do que pretendo realizar, caso eleita, bem como ouvir e me colocar à disposição para receber às sugestões dos associados e dessa distinta associação, em relação a qual me encontro afiliada desde 1985, portanto, há 40 anos.

Adianto, para o efeito de abrir o diálogo, participativo e propositivo, um pouco daquilo que buscarei realizar, para que possa recolher as impressões da classe e as sugestões, sempre bem-vindas, porque legitimadoras da representação que haverá de exercer, começando por reafirmar o meu compromisso imorredouro com a defesa da ordem jurídica, da autonomia e independência do Poder Judiciário Catarinense e de seus juízes.

Diversos são os compromissos e ações que pretendo assumir e implementar, sem perder de vista o dever de patrocinar a continuidade administrativa, princípio fundamental da administração pública, dando sequência ao Plano de Ação da atual gestão, consciente da responsabilidade de prosseguir construindo o futuro desejado e esperado por todos nós.

Planejo empreender uma reconfiguração administrativa, com a instituição, mediante a reformulação do papel de alguns dos órgãos da administração, de Vice-Presidências Temáticas e Regionais, promovendo a desconcentração, descentralização e a delegação de competências administrativas, visando à obtenção de uma administração mais representativa e mais bem estruturada.

Para isso alcançar, tenho por objetivo, por exemplo:

I - Estreitar o relacionamento institucional com os demais Poderes, Instituições, Tribunais e com a sociedade civil organizada, buscando alcançar ganhos reais para o sistema de justiça, especialmente focado na contenção, redução e resolução não adversarial de demandas, estimulando a criação pelos entes públicos e privados de Centros de Prevenção e Redução de Litígios, como pressuposto obrigatório ao prévio ajuizamento de ações.

II - Priorizar o exame das postulações administrativas de juízes, servidores e suas entidades representativas de classe, como dar a devida e justa solução em relação a direitos ainda não implementados, zerando o quanto antes possível o déficit de atrasados, com ativos, inativos e pensionistas.

III - Criar um núcleo permanente de estudos e proposições voltados à defesa de direitos, prerrogativas e vantagens, com a participação ativa dos Magistrados e, naquilo que for comum, de representantes do MPSC e TCE, considerada a particular situação de que equiparados constitucionalmente (CNJ, Res. 528/2023).

IV - Tratar do passivo funcional decorrente do abate teto, ou estorno extra teto, que acaba excluindo o pagamento de importante parcela do ATS, considerado patrimônio jurídico do servidor (RE 606.358, Min. Rosa Weber, p. 25), como da diferença de pagamento da URV, feito em 2,35% a menor, por conta de erro material na aplicação correta de índice, que não transita em julgado, além de buscar alternativas para garantir dignidade na aposentadoria dos magistrados reféns do teto do RGPS.

V - Dedicar especial atenção ao ambiente de trabalho, transformando-o em local aprazível, dando aos juízes as condições, a estrutura física e de pessoal, como as ferramentas, instrumentos e equipamentos tecnológicos avançados necessários ao desempenho ótimo de suas respectivas funções, revisando, o quanto possível, o quadro de assessoramento.

VI – Fortalecer o entrosamento com as associações e sindicatos representativos dos servidores, como manter uma convivência harmônica, propositiva, participativa e realizadora, essencial ao alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, consciente da necessária valorização funcional, da revisão permanente do plano de cargos e salários e da ampliação dos canais de comunicação, como perseguir a qualificação contínua, medida propulsora do desenvolvimento pessoal e profissional.

VII - Intensificar, pelos meios disponíveis, o uso massivo das soluções não adversariais de conflito, a exemplo da mediação, conciliação e arbitragem, como a opção pelo sistema dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, discutindo, ainda, a criação de Varas de Causas Especiais para, em paralelo, dar conta das causas de menor complexidade não tratadas no microssistema dos Juizados, uma alternativa a não obrigatoriedade legal.

VIII - Utilizar a Academia Judicial e a ESMESC, com o concurso de outras congêneres, como mecanismo propulsor da discussão de grandes temas de interesse

municipal, estadual ou nacional, despertando a consciência coletiva ao debate de ideias, especialmente sobre questões ligadas ao Poder Judiciário e sua essencialidade democrática.

IX - Fomentar o uso estratégico da inteligência artificial na administração e nos gabinetes dos magistrados e desembargadores, impulsionando a adoção de ferramentas que garantam a interoperatividade dos sistemas já existentes e incentivando o desenvolvimento de modelos próprios e a cooperação técnica com outros tribunais, estabelecida a visão de que a transformação digital no Judiciário para a produção da justiça substancial seja conduzida com responsabilidade, eficiência e transparência.

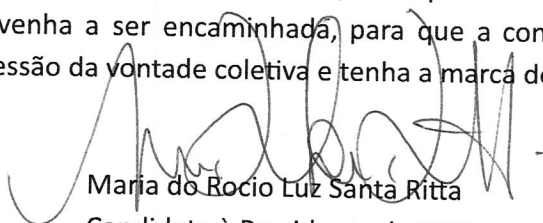
X - Preparar estudos, criar projetos e empregar a devida colaboração no desenvolvimento e concretização de políticas públicas em defesa da cidadania, contribuindo com projetos de interesse público, a exemplo do Lar Legal, do Sem Assédio e dos Novos caminhos, idealizados pelo Poder Judiciário catarinense em parceria.

XI - Realizar dois destacados eventos jurídicos durante a gestão, de expressão além-fronteiras, envolvendo temas relevantes para a magistratura, para o nosso Estado e para as nossas cidades, sob a coordenação da Academia Judicial e da AMC, colocados os nossos magistrados no epicentro dos debates.

XII - Apoiar os magistrados em suas carreiras e em suas legítimas aspirações, motivando-os à conquista de espaços de representação institucional, como modo de ampliar a participação do Estado nas instâncias judiciais e administrativas superiores e contribuir na definição das políticas nacionais e das ações estratégicas para melhoria da gestão e qualificação do sistema judiciário.

Entre as diversas proposições, encontro ainda aquela destinada a criação de um Conselho Interinstitucional de Políticas Públicas, que congregue representantes dos poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, das Instituições Públicas, a exemplo do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado, com a participação ativa da OAB/SC, AMC e da sociedade civil, no desenvolvimento de ações que atentem para o interesse coletivo e a garantia dos direitos de cidadania, com o olhar dirigido ao bem-estar social, econômico e político de nossa gente, em que cada integrante coloque na mesa das discussões as emergências de seu peculiar interesse, com vista ao diagnóstico, articulação, construção e implementação conjunta das soluções possíveis e viáveis.

Certa da atenção de Vossa Excelência e do engajamento ao propósito maior de uma Justiça presente e eficiente, antecipo os meus agradecimentos por toda a contribuição que venha a ser encaminhada, para que a consecução do projeto de gestão que seja a expressão da vontade coletiva e tenha a marca de nossa associação de classe.



Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Candidata à Presidente do TJSC